



Brasília, 29 de abril 2020

MANIFESTO DA ESCOLA PARTICULAR - SEM EDUCAÇÃO BÁSICA NÃO TEREMOS UM PAÍS DESENVOLVIDO!

“A escola é o único lugar onde todas as crianças recebem o mesmo tratamento, independentemente da situação pessoal que cada um tenha em casa. “Ali veem outra forma de pensar, de agir e até de andar... Aprendem o conceito de responsabilidade social.” Por isso, o maior medo é de uma fratura da “fábrica social” em que os colégios se transformaram.”

ANDREAS SCHLEICHER
Diretor de educação da OCDE.

O Ensino Remoto e a Pandemia

O século XXI já se anunciava intenso e marcado por transformações exponenciais, mas essa sua segunda década vai se fechando em um contexto que nos confronta com a vulnerabilidade de nossas vidas e semeia inseguranças sobre o que nos aguarda ao longo dos próximos meses ou anos. Nunca na História havia-se registrado circunstância semelhante a que nos impõe a Pandemia COVID-19. No caso das escolas, o afastamento social compulsório subverte a rotina e impossibilita a manutenção dos enquadres convencionais.

Independentemente do flagelo que nos assola, estamos hoje às vésperas da terceira década do século XXI. A tarefa de educar as novas gerações nos convoca a olhar cada vez mais para adiante. E é na perspectiva da formação de nossos alunos que devemos considerar a pertinência do ensino remoto. Os nossos atuais alunos terão suas trajetórias de vida desenroladas por esse século afora, em uma sociedade que será inexoravelmente invadida pelo avanço tecnológico, pela revolução midiática e pela chegada da inteligência artificial. A chegada do virtual se impõe à revelia de famílias, escolas e professores, que perderam o poder que tinham de serem

os únicos intermediários entre os alunos e o conhecimento. Ele agora pode ser fornecido por mil e uma agências, que são facilmente acessadas por nossa clientela, sem sair de casa. Enquanto escolas e educadores nos debatemos ainda por conta de protocolos convencionais e etiquetas pretéritas, de um “antigo regime”, os alunos que estão hoje em sala de aula vão tendo a sua atenção abduzida por novos entrantes no cenário: as Edtechs, startups que, sem amarras, sem controles e sem chancelas, elegem esse ramo como alvo e esse público como mercado a ser conquistado.

Tudo isso trará impactos e mudanças para o campo da Educação. De agora em diante, a atuação das escolas e professores requer dar conta de mais esses desafios, cuja abordagem talvez deva começar pela compreensão de que a sua tarefa não se resume apenas à gestão de salas de aula convencionais, presenciais. Devemos também preparar nossos alunos para navegarem no mundo virtual. Diante de processos como esses, países que, como o Brasil, já padecem de profundas desigualdades sociais, arcam com o desafio de gerenciá-los de modo a que essas tecnologias venham contribuir para a superação das desigualdades. O direito inalienável à Educação de qualidade passa a implicar, obrigatoriamente, o acesso a todos os recursos tecnológicos indispensáveis para o preparo de todo e qualquer estudante em idade escolar.

É do interesse de todos a promoção de uma sociedade justa, que promova equidade e iguais oportunidades. O grau de civilidade de uma nação ou grupo social pode ser estabelecido em função do cuidado e da importância atribuída à formação de suas novas gerações. Quanto mais evoluída é uma sociedade, mais ela preza e investe na formação de seus filhos e mais ela valoriza aqueles que escolhem se engajar nessa missão. É cada vez mais consensual a relevância dos que elegem a Educação Básica como área de atuação. Por isso, a crescente valorização do magistério, por sua atitude de cuidado com as novas gerações; mas por outro, também, o reconhecimento a todos aqueles que elegem o campo da Educação Básica como área de atuação e como setor no qual investir e empreender, pela função estratégica que exercem e pela contribuição que trazem para o desenvolvimento de qualquer sociedade em seu processo civilizatório.

No que está ao seu alcance, o **ensino privado brasileiro** faz a sua parte. Ele é composto por mais de 40 mil instituições em que trabalham milhares de professores e atendem diferentes perfis de alunos, sendo cerca de 8 milhões na Educação Básica. Ele desonera, portanto, o Estado da sobrecarga que representaria esse volume de alunos na rede oficial, mas traz, sobretudo, aquela que é sua mais importante contribuição: por sua atuação, promove a diversidade de opções que marcam as sociedades democráticas, nas quais é

direito de cada família discernir o tipo de escolaridade que corresponde às perspectivas que alimenta.

Promulgada em 1996, a LDB em vigor completará 25 anos no ano que vem. No atual contexto, a **FENEP - Federação Nacional das Escolas Particulares** - manifesta sua profunda inconformidade pelo fato de, decorrido um quarto de século, o Brasil chegar à terceira década do novo milênio ainda com o nosso sistema de ensino com tantas limitações no que se refere à promoção de trajetórias escolares que possam transformar vidas, promover a equidade, fazer a diferença e ser eficaz para a superação das profundas desigualdades sociais que ainda hoje põem o nosso país no topo do mais constrangedor dos *rankings*.

O fenômeno da “gentrificação” tecnológica, já excludente e progressivo, é agora agravado pelo advento da pandemia, que vem assolar de forma ainda mais cruel, justo a parcela mais desfavorecida: os milhões de brasileiros que, dentro ou fora dos centros urbanos, não têm acesso a saneamento, sistema de saúde e educacional de qualidade. O COVID-19 parece vir tornar ainda mais profunda essa chaga e transformar em tragédia o drama vivido por tantas e tantas famílias.

Por outro lado, convém frisar que é simplista, reducionista e até falaciosa a polarização em que, com frequência, se incorre ao contrastar a realidade da escola pública com a da escola particular. Ambas são caracterizadas por profunda diversidade. Uma enorme maioria dos estabelecimentos privados são escolas de pequeno porte, cuja realidade não lhes permite oferecer recursos tecnológicos a professores e alunos. Ao mesmo tempo, são notórios os casos no sistema oficial em que as escolas estão tendo êxito em viabilizar toda sorte de apoio aos alunos. Em qualquer circunstância, cabe sempre ao gestor responder pelos encaminhamentos e pelas escolhas que faz em sua escola ou rede. Insistir no discurso da hipossuficiência e da vitimização só faz acirrar o ressentimento e pouco contribui para que se estabeleça cooperação. Convém que, entre educadores, o debate e os encaminhamentos partam sempre do pressuposto de boa fé mútua.

Ainda que imprevista e indesejada, se bem gerenciada, a adversidade que enfrentamos pode vir a trazer intensa aprendizagem institucional, preciosa não apenas para professores e estabelecimentos, como também para o sistema de ensino e para a experiência da Escola brasileira de modo geral.

Os encaminhamentos a serem feitos não podem deixar de considerar os níveis de desigualdade que desde sempre marcam a sociedade brasileira e os nossos sistemas de ensino. Não há dúvida de que todos os esforços devem ser feitos para que as atuais circunstâncias de suspensão das aulas não venham a acentuar ainda mais essa situação, já dramática. Convém que

tenhamos a equidade como foco. Mas as medidas de isolamento social são estratégia adotada no mundo todo e o recurso ao ensino e às atividades remotas, ainda que em caráter emergencial, vem sendo utilizado por diferentes escolas, em todo o planeta. Em um mundo em acelerado processo de globalização, o desafio nesse momento se refere também ao posicionamento relativo da experiência acumulada pela Escola brasileira frente às de outros países. A desigualdade não existe apenas entre países, ela existe também dentro de outras sociedades e, em vários delas, estão sendo encaminhadas soluções que elegeram como foco a promoção de equidade. Há exemplos nos quais podemos nos inspirar.

Os sucessos serão compartilhados e reverberarão, positivamente, trazendo crescimento para outras escolas de todas as redes e sistemas de ensino. Na medida em que isso ocorra, as escolas poderão experimentar um salto de qualidade que tende a se difundir por todo o sistema de ensino, tanto entre as escolas particulares como na rede oficial. E, sobretudo neste momento, essa é a única forma que as escolas têm para ensinar e a melhor opção para que os alunos possam seguir aprendendo. Convém que escolas, gestores e professores possam inovar, criar e experimentar. Atitudes e iniciativas nesse sentido devem ser motivo para estímulo e reconhecimento.

Sobre o encaminhamento dado pelo CNE

Assim sendo, diante do quadro de emergência que enfrentamos, merece endosso e aplauso o encaminhamento do **Conselho Nacional de Educação** em relação à reorganização das atividades letivas no contexto da pandemia COVID-19. A abordagem para reorganização das atividades escolares para o restante desse ano letivo é sábia e pertinente, condizente com a realidade e o momento atual. Ao admitir a flexibilização dos dias letivos e as atividades remotas, o CNE não tolhe a possibilidade onde ela já existe. Diante de tantas restrições a que a sociedade no seu todo está submetida, o parecer autoriza que seja feito o que puder ser feito. E, no limite de suas atribuições, ele encoraja, instrui e orienta a que ela surja e seja implantada onde ainda não exista.

Seria difícil mesmo conceber encaminhamento diverso. Uma vez que o que se discute não é o direito de cada escola a recorrer a esse ou aquele recurso. Antes disso, está em jogo o direito individual de cada aluno e de cada família de ter respeitado o acesso à escolaridade e de esperar que o responsável se empenhe em mobilizar todos os meios que estiverem ao seu alcance para viabilizá-lo. Trata-se de um dever da escola e de um direito

incondicional de cada aluno e de sua família, o qual, em sendo viável, não faria sentido negar, sob pretexto algum.

Afinal, se a situação do sistema de ensino é angustiante a do sistema de saúde beira o colapso: nesse momento vários hospitais encontram-se com sua capacidade esgotada. As mídias têm trazido a cada dia notícias do impasse enfrentado pelos profissionais da saúde que se veem tendo de escolher quem terá direito a respirar. Cada categoria profissional tem seu código de ética, suas normas e seus protocolos. Mas, pelo visto, mesmo diante da escassez de equipamentos, aos médicos não ocorre encaminhar equações que, pondo a igualdade de socorro e atendimento como prioridade absoluta, impusessem igualmente a todos a mesma desassistência. Costuma ser menos frequente que educadores se vejam confrontados por situações tão extremas. Nas atuais circunstâncias emergenciais, atuando dentro do que nos é hoje possível, a justiça está em reconhecer o ensino da forma como ele puder ser oferecido.

Perspectivas para a volta às aulas

Estamos todos diante de desafios de enormes proporções. Ao que parece, estes não se encerrarão com a retomada das atividades presenciais. Como a vacina para o vírus só chegará em cerca de dois anos, até lá estamos destinados a nos confrontarmos com situações-limite, em todos os campos.

Naturalmente, epidemiologistas desempenharão papel fundamental orientando quanto a procedimentos e cuidados que trarão novas rotinas para as escolas. Os cuidados com a saúde de cada um serão priorizados. Consideram-se em retomadas parciais e intermitentes - o que tornará ainda mais complexo o planejamento de qualquer ação pedagógica. Sendo fenômeno mundial, há muito a ser aprendido com a experiência dos países que nos antecederam no processo pós-pandemia. Uma das soluções tem sido a redução dos efetivos em salas de aula, subdividindo turmas e com alternância provisória entre atividades presenciais e não presenciais. O impacto disso não seria só nos custos e nas cargas dos professores. Como no Brasil os orçamentos das escolas, das famílias e do sistema não suportam mais acréscimos, como as instalações físicas são limitadas, como cada professor não poderá estar em duas salas ao mesmo tempo, e como o tempo é finito e inelástico, a solução não pode vir por aumento de carga.

Tal situação só poderá ser equacionada pelo aspecto pedagógico e acadêmico. As escolas se verão obrigadas a refazer os seus planejamentos: metades de turma virão em determinados dias ou horários, as outras metades noutros dias ou horários. Onde houver possibilidade, uma alternância entre momentos presenciais suprirá lacunas e intervalos criados.

Além de complexa, somada aos meses de suspensão, essa equação levará a um inexorável descarrilhamento dos programas, não apenas para o segundo semestre como, muito provavelmente, também para o ano letivo de 2021. Pelos atuais padrões, faria sentido temer um impacto no desempenho final, em especial no preparo dos candidatos ao ENEM.

Tendo chegado a uma situação de limite e de impossibilidade tão extrema, resta-nos ampliar a perspectiva: não se trata de problema exclusivo de cada professor, escola ou sistema de ensino. Estamos todos irmanados em uma crise que afeta não apenas o Ensino Brasileiro como o de todos os países. É fenômeno mundial e planetário, situações semelhantes estão sendo vividas também por outros países, cujas escolas estão, todas elas, empenhadas em formar, da melhor maneira, as gerações que nos sucederão pouco mais adiante nesse século.

Naturalmente, todo esse contexto faz saltar aos olhos a total urgência em se prover tecnologia e acesso a todos os estudantes, uma exigência cada vez mais indispensável para não alijarmos dessa marcha inexorável milhões de jovens brasileiros.

A Reforma do ENEM

Em relação ao que se faz mundo afora, o Brasil pratica ainda um dos currículos mais pesados e sobrecarregados do mundo. O que vínhamos fazendo era mesmo disfuncional e excessivo. Já temos, no nosso contexto, a BNCC, que já prevê isso, e a Reforma do ENEM, ainda por ser definida. Ao que tudo indica, será no contexto pós pandemia que ela acabará por ser encaminhada. E sendo para o Brasil todo, é provável que afinal (!) ganhe força o bom-senso e que o INEP proponha equação mais razoável e mais leve para todos.

O atual processo seletivo para as instituições oficiais de ensino superior completa dez anos. Vigora desde 2010, quando foi instituído com o objetivo de racionalizar o acesso às vagas. Tratava-se de processo seletivo que envolvia não apenas o acesso a determinadas vagas, mas também, e sobretudo, ao financiamento dos estudos em nível superior, segmento em que o investimento público era notoriamente mal focalizado. Ao lado disso, outro caminho para se equacionar a focalização do gasto público teria sido também a revisão da cláusula constitucional que impede a cobrança de anuidades em estabelecimentos oficiais, mesmo em se tratando de alunos que possam pagar. (Não faltam exemplos bem-sucedidos pelo mundo, mas, ao que tudo indica, entre nós as condições políticas para esse debate jamais se apresentaram).

No Brasil, preferimos contornar o impasse através da concentração de todo o processo seletivo nas mãos do Estado. Daí surgiram o Novo ENEM e o SISU, articulados em estratégia que levou as Universidades Federais de todo o país a renunciarem ao controle do seu processo de ingresso e da definição do perfil do candidato a ser admitido em cada uma das diferentes graduações. Ao cederem e transferirem essas atribuições para o MEC/INEP, as I.E.S. brasileiras abriram mão de uma importante prerrogativa, definidora da identidade institucional de qualquer estabelecimento de ensino.

A solução pela centralização é, ao que tudo indica, mais uma excentricidade, que dificilmente encontrará correspondência em outra democracia do Ocidente. O tema remete ao questionamento sobre que papel e usos cada país escolhe atribuir aos seus sistemas de avaliação em larga escala. Sendo a alternância no poder a regra em democracias, é pouco prudente que processo como esse seja transferido para o governante de plantão. (Vide a suspeição de “tendenciosidades” que passou a pairar sobre o banco de itens).

O caminho escolhido em 2010 distorceu o ENEM e o fez degenerar em um gigantesco vestibular unificado em nível nacional, que engessa e padroniza currículos a que estão submetidos todos os estudantes brasileiros. É notório o quanto efeitos sobre o Ensino Médio são deletérios. Por isso, a Reforma curricular é inadiável e a flexibilização dos exames de ingresso é incontornável. Por outro lado, cabe também ponderar que as práticas de sala de aula decorrem também das expectativas da Universidade. Os critérios estabelecidos como condição para o ingresso na graduação têm forte influência sobre o currículo e no que mais se passa nas escolas.

Depois de décadas de excessos, o currículo está inchado, saturado de conteúdos cuja pertinência na Educação Básica é muito discutível. Predomina hoje um cenário monocromático, com currículos padronizados. No fundo, muitos dos atuais conteúdos são desnecessários: não cabem no núcleo comum, tampouco na parte diversificada do currículo. Para que o excesso de conteúdos do Ensino Médio venha a ter algum alívio, certos pontos dos programas devem ser redirecionados para as graduações. Por isso, a recomendação das escolas de Educação Básica é de que não faz sentido sobrecarregar o processo de ingresso com a antecipação de exigências prematuras e descabidas.

O que deve ser avaliado é a formação geral do estudante. Esse deve ser o foco do Ensino Médio. Nesse sentido, o êxito dessa reforma curricular depende também, em larga medida, da Universidade. É importante que cada IES tenha consciência da influência determinante que exerce sobre a Educação Básica. Cabe à Universidade conceber para esses concursos

seletivos critérios que não tragam consequências disfuncionais para o currículo, deixando as escolas livres para inovarem e conceberem, cada uma delas, os seus itinerários formativos.

Como foi dito acima, a LDB em vigor alcançará os seus 25 anos no ano que inaugura a terceira década do século XXI. Urge que o sistema de ensino concretize e entregue o que anuncia e vem sendo prometido desde 1996. Nos termos da BNCC, é importante que a matriz do exame seja concebida na perspectiva das futuras gerações de alunos. Os desafios que temos pela frente são enormes.

Escola, um esporte radical

Como ocorre em episódios tão intensos, será necessário algum distanciamento e recuo de perspectiva para que possamos, mais adiante, ter uma compreensão nítida do que representa o capítulo que estamos vivenciando. No que se refere à escola e ao ensino que hoje ainda se pratica, soou o sinal. A revolução tecnológica, midiática e civilizacional em curso colhe toda a atual geração de profissionais e de educadores que se empenha em conceber formas de atuação mais contemporâneas.

A COVID-19 atira as escolas a um novo contexto, um cenário de descentralização, no qual já não faz sentido esperarmos por regras pré-determinadas. É evidente que o ramo da Educação sofrerá mudanças e que a gestão de escolas hoje requer dar conta de mais esses desafios, cuja abordagem deve começar pela compreensão de que a nossa tarefa não se resume ao gerenciamento de colégios ou a saber dirigir e organizar um estabelecimento escolar. É fundamental compreendermos que o nosso compromisso é a Educação, seja ela presencial ou não. Essa tomada de consciência pode nos levar a conceber formas de atuação híbridas, que transbordem os limites físicos dos muros e do prédio escolar e ampliem consideravelmente o nosso alcance e o nosso público.

A Educação Básica tende a ser cada vez mais relevante e cada vez mais estratégica para todas as nações. O momento requer solidariedade resiliência e colaboração, para o bem dos nossos alunos, escolas e da sociedade como um todo. A Escola Particular brasileira renova o seu propósito de contribuir para esse futuro. Para isso, mobiliza e oferece sua eficiência, qualidade e efetividade, condições necessárias para que possamos atingir a equidade e a justiça pretendidas por todos.